



CONFLITOS TERRITORIAIS E IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Henrique Oliveira de Andrade ¹
Eraldo da Silva Ramos Filho ²

RESUMO: Este artigo intenta analisar os conflitos territoriais decorrentes da implantação de linhas de transmissão de energia, considerando a expansão do capital no processo de expropriação de comunidades quilombolas e camponesas e a apropriação da natureza no projeto LT 500 kv Porto Sergipe-Sapeçu/BA. Parte-se da problemática referente ao avanço do capitalismo na potencialização da expropriação territorial e como este vilipendia o direito ao bem viver, os quais são cerne para os povos do campo e da cidade em suas múltiplas especificidades. Para a Geografia, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que engendra diretamente a produção de conflitos territoriais, tanto em áreas rurais como urbanas, desencadeando processos complexos e contraditórios, associados diretamente à territorialização do capital por meio do discurso estatal da segurança energética a partir dos grandes projetos de desenvolvimento, violações aos direitos territoriais e humanos às comunidades em suas diversas escalas.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Expropriações, Capital, GPD e Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article intends to analyze the territorial conflicts arising from the implementation of power transmission lines, considering the expansion of capital in the process of expropriation of quilombola and peasant communities and the appropriation of nature in the LT 500 kv Porto Sergipe-Sapeçu/BA project. It starts with the issue related to the advance of capitalism in the potentialization of territorial expropriation and how it reviled the right to well-being, which are central to the peoples of the countryside and cities in their multiple specificities. For Geography, understanding the implementation of power transmission lines is seen as an action that directly engenders the production of territorial conflicts, both in rural and urban areas, triggering complex and contradictory processes, directly associated with the territorialization of capital through of the state discourse on energy security from large development projects, enabling violations in communities and their territories at their various scales.

KEY WORDS: Territory, Expropriations, Capital, GPD and Public Policies.

INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

Este artigo compõe parte do estudo de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e envolve o conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão no Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR-UFS). Tal estudo emerge das diversas vivências e estudos no contexto da assessoria popular, pesquisa participante e extensão popular realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) Conflitos Socioambientais (IFBA, UFRB e UEFS), que é composto por instituições públicas de ensino e organizações dos trabalhador@s do Território de Identidade

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS)- Professor do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana-BA - henriqueoliveira@ifba.edu.br.

² Doutor em Geografia (UNESP), Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS) - eramosfilho@gmail.com.



Portal do Sertão-Bahia, atuando desde julho de 2019, sendo uma demanda social de lideranças comunitárias e quilombolas para apoio e assessoria contra o projeto da Linha de Transmissão - LT 500kv Porto Sergipe/Sapeaçu. Para a Geografia, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que impacta diretamente na produção de conflitos territoriais, tanto em áreas rurais como urbanas, desencadeando processos complexos e contraditórios, associados diretamente à financeirização do território por meio do discurso estatal da segurança energética a partir dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD).

Diante disso, o avanço do capitalismo potencializa a expropriação territorial e vilipêndia o direito ao bem viver, os quais são cerne para os povos do campo e da cidade em suas múltiplas especificidades. A Linha de Transmissão em estudo simboliza a territorialização do capital nos países periféricos por meio do imperialismo; sintetiza parte da expropriação de territórios executada na América Latina e também pelo Estado brasileiro; compõe parte estratégica da expansão do capital na Bahia e em Sergipe, associando-se com diversos GPD que por fim, produz direta e indiretamente graves conflitos territoriais de variadas ordens por meio de diversas violações/violências ambientais, comunitárias, sociais, políticas, culturais e psicológicas ao longo do seu trajeto.

Objetiva-se com tal estudo desvelar os conflitos territoriais decorrentes da implantação de linha de transmissão de energia, em particular a LT 500 kv Porto Sergipe-Sapeaçu, à luz dos estudos sobre a expansão capitalista no campo e o conseqüente processo de expropriação dos povos e comunidades tradicionais. Intenta-se assim, a categorização das linhas de transmissão de energia, como parte do processo dos Grandes Projetos de Desenvolvimento e identificação das suas relações com as violações e violências no campo, com foco nos territórios quilombolas e camponeses, desvelando as contradições do discurso do capital sobre a segurança energética e seus desdobramentos institucionais e normativos, com foco na LT em questão.

Portanto, caracteriza-se como um estudo que busca geografizar o processo da expansão do capital e sua territorialização à luz de uma Geografia do Conflito. A pesquisa em questão, sob a ótica participante surge do tensionamento entre teoria e método, como parte do contingente filosófico-metodológico que busca explicitar as complexidades e contradições inerentes aos povos do campo que estão em conflito com a relação capital-estado. Nesse momento, emergem a ação das políticas públicas desvelando como se dá a apropriação/expropriação/conflito como processos inerentes à relação Estado-Capital-



Trabalho como agentes da construção do discurso da soberania energética, estando associado diretamente territorialização do capital monopolista.

LOCALIZAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO 500KV: PORTO DE SERGIPE (SE) A SAPEAÇU (BA), 2020

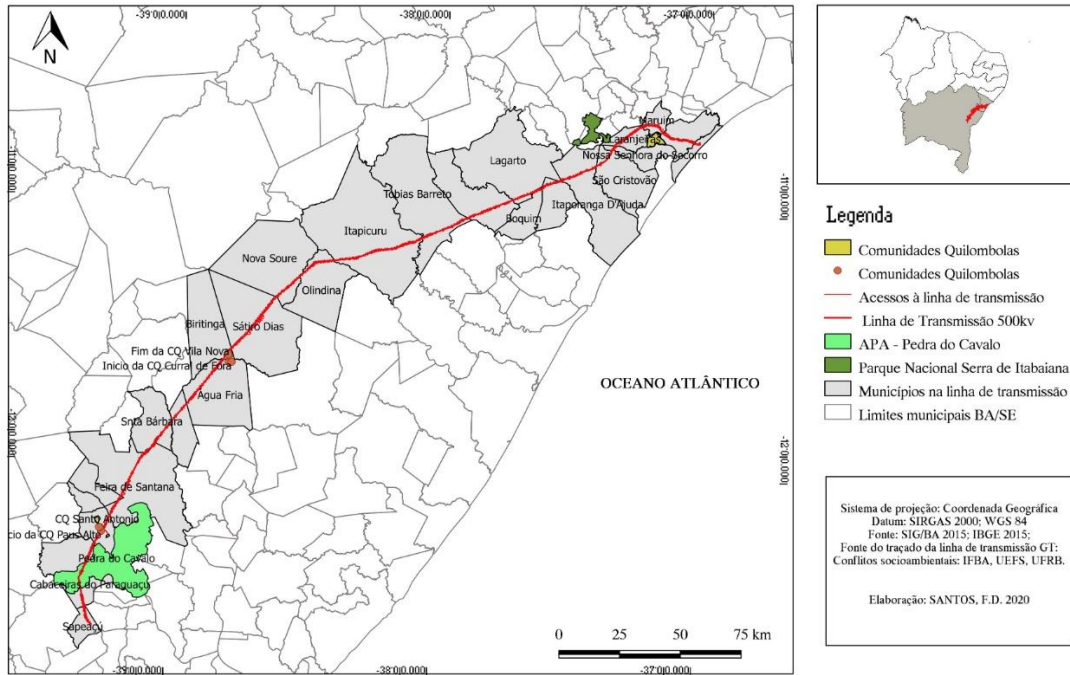


Figura 01: Mapa do trajeto da LT Porto Sergipe- Sapeaçu.

Com base na análise da **figura 01**, é possível observar que a Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv é um grande projeto estatal que compõe o plano nacional de expansão do sistema elétrico e faz parte de um eixo energético que se inicia no litoral sergipano e segue em direção ao recôncavo baiano. A partir da análise dos documentos oficiais e dados cartográficos pré-existentes, verifica-se que, diversos municípios serão impactados diretamente com a instalação da LT, sendo 14 na Bahia (Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Biritinga, Cabaceiras do Paraguaçu, Feira de Santana, Itapicuru, Nova Soure, Olindina, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, Sapeaçu e Sítiro Dias) e 12 em Sergipe (Barra dos Coqueiros, Boquim, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachão do Dantas, Salgado, Santo Amaro das Brotas, São Cristovão, Tobias Barreto). Tal obra atravessa diversos Territórios de Identidade e ambientes totalmente diferenciados, além de comunidades tradicionais.

É possível compreender também a grandeza, a dimensão da LT 500 KV juntamente com o caráter de impacto em dois estados, bem como sua relação direta com 26 municípios tanto na Bahia como em Sergipe. A LT em questão articula duas subestações de energia elétrica (Olindina e Sapeaçu), sendo que o ponto de partida é a Usina Termoelétrica (UTE) I



em Sergipe a base de gás natural totalmente importado. O ponto intermediário será em Olindina na Bahia e o ponto de chegada em Sapeaçu, ambas com subestações já construídas e instaladas, porém em processo de ampliação para receber a energia produzida na UTE. Vale ressaltar que a dinâmica da LT em questão se conforma para além de uma linha e sim num território, visto a necessidade da conversão da faixa serviço com 5 metros e a faixa de servidão com 55 metros, ambas a partir do ponto de passagem da LT.

Para a compreensão crítica do conflito é urgente a análise das contradições e dessa forma os movimentos de escalas em suas multideterminações de processos e dinâmicas espaciais e territoriais. Os conflitos territoriais em curso derivam possivelmente da implementação de política pública no aspecto da energia e sua dimensão no discurso da segurança energética que se materializa no território sob a forma de linhas de transmissão de energia que vulgarizam e deturpam o território e os diversos modos de vidas de comunidades quilombolas e camponesas entre os estados da Bahia e Sergipe. Em sua forma aparente, a LT se apresenta como um conjunto metálico e de fiações eletrificadas sob o prisma da segurança energética e representa no âmbito da essência, uma afetação direta e indireta de um lado como financeirização da natureza e monopolização do território e de outro o impacto nas comunidades que são subtraídas de seus territórios.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo está centrada no percurso formativo do doutorado em andamento, pautada no método do materialismo histórico e dialético, haja vista a possibilidade de compreensão do capitalismo, os problemas sociais derivados da luta de classes e da acumulação por espoliação e, para isso, construir um caminho acadêmico na pesquisa geográfica num viés crítico com uma análise teórico-conceitual que contribuam com a construção do pensamento crítico e com as lutas d@s trabalhador@s e suas organizações na busca de superação dos dilemas vivenciados pela tentativa do modo de produção capitalista em expropriar, subjugar, apropriar-se e violentar estruturalmente os povos e comunidades tradicionais que se realizam a partir de relações de produção não-capitalista. A análise do objeto de estudo, LT, exige uma abordagem multiescalar (local, regional, nacional, mundo e o inverso) e transescalar, cuja interpretação do movimento das relações inerentes à produção do espaço revela como cada escala interpenetra e atravessa todas as demais.

O percurso metodológico que vem sendo realizado nesta pesquisa opta pelo viés da pesquisa participante e vislumbra a compreensão dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das práticas políticas e de produção da vida



comunitária e do capital. Nesse sentido, incorporamos a contribuição de Brandão (1981) quanto à compreensão dos processos e relações intrínsecas ao conjunto da pesquisa em seu cunho crítico e reflexivo. A pesquisa participante se concretiza “como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo "acadêmico" e o "real", entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e vida” (HAGUETE, 2010, p. 143). A escala espaço-temporal é central, visto que a implantação da LT Porto Sergipe – Sapeaçu ainda está em fase de estudos e ajustes legais. Nesse sentido, tem centralidade a permanente pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos institucionais e normativos de autorização e estudos para execução da obra, bem como os instrumentos formais adotados pelo Estado-Capital para realização física da LT.

Considerando que esta problemática se manifesta na indissociabilidade entre os conflitos e o território e buscando incidir sobre o concreto real, incorporamos as formulações de Acselrad, que caracteriza a cartografia social como instrumento da compreensão desse processo territorial, sendo “que o mapeamento participativo se pretende parte de um contraprojeto de ordem científica, visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associado a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento (2008, p.38)”.

A mencionada indissociabilidade entre os conflitos e o território, pode ser apreendida a partir da existência de uma luta de classes e da reprodução ampliada do capital por meio da apropriação privada da natureza nos países periféricos. Nessa trilha, cumpre etapa necessária a reflexão dos caminhos teóricos para definição de questionamentos e objetivos da pesquisa em curso, visto que, a abordagem cumpre o rompimento da aparência e caminha para desvelar a essência dos processos espaciais e territoriais. Assim, a definição pela categoria território está calcada pela necessidade de empreender esforços teóricos para a análise da monopolização do território pelo capital monopolista, por meio das linhas de transmissão de energia.

Os resultados preliminares, apresentados por hora, expressam um caminho metodológico de atuação conjunta com as organizações populares dos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia, na forma de ciclos de atividades técnicas, acadêmicas e comunitárias com o GT Conflitos Socioambientais, o Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS), reuniões junto ao INCRA, STERLITE e DOSSEL, com sindicatos dos trabalhadores rurais, reuniões em diversas comunidades, apoio na realização de



audiências públicas, análise e leitura de documentos institucionais referentes à LT, tais como planos quilombolas, projeto básico da obra, licenças ambientais já liberadas pelo IBAMA, apoio na construção de ação civil pública, realização de debates virtuais acerca da LT e seus impactos, leitura e levantamento bibliográfico e cartográfico, construção preliminar da cartografia social dos territórios impactados pela obra, dentre outras etapas de cunho científico, militante e participativo.

Vale destacar o esforço teórico e conceitual para a compreensão da totalidade que envolve a LT, seus desdobramentos e multideterminações quanto à sua articulação transescalar e territorial. Nesse ínterim, emerge as contribuições valiosas de Batista (2014), quanto ao papel da cartografia que desvele as contradições e discuta um processo totalizante no contexto da reprodução da vida por meio do mapa em suas múltiplas relações e processos contraditórios, associado com a produção de mapas que desvelem a realidade e que conduzam à compreensão da dinâmica socioterritorial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta proposta de pesquisa é baseada na concepção de que o capitalismo é o modo hegemônico de produção e, dessa forma, conduz os processos de produção e reprodução do espaço. A produção de conflitos é entendida como inerente ao próprio metabolismo do sistema, sendo que a necessidade de expansão do capital se dá pela forma das expropriações, que direta ou indiretamente geram no contexto geográfico: fome, devastação, violências e violações dos territórios dos povos e, por conseguinte, os conflitos territoriais. Partimos da categoria teórica da acumulação por espoliação, haja vista a estratégia dos cercamentos e expropriações ocasionadas pela expansão capitalista. Segundo Harvey, “a acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (2005, p. 128).

Para Brandão (2004), “o certo é que o capitalismo aprimorou sua capacidade de ser transescalar, isto é, utilizar as escalas nacionais, regionais e locais em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos”. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre o como esses processos estão associados aos Grandes Projetos de Desenvolvimento para além da efetivação prática no espaço/território, mas também sobre os mecanismos capitalistas associados à essa interação direta de execução e planejamento, ocasionando impactos e desdobramentos diversos, os quais geram de um lado, o rastro de violência e de outro a acumulação de capital. Nesse sentido, Sassen (2016, p.116) analisa o processo de expulsões



associados à dinâmica de expansão do capitalismo e nesse contexto a dimensão financeira de grupos globais e os impactos nas relações sistêmicas de exploração.

Em Brandão, observa-se a continuidade da análise crítica focada na compreensão “do uso do território e de seus recursos minerais, água e energia, até exauri-los” (2010, p. 48). No contexto dos GPD, Malheiro e Cruz, conceituam a diversidade e complexidade do processo, afirmando que,

Os grandes projetos de des-envolvimento (projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, grandes usinas hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, ferrovias, [linhas de transmissão], etc.) são dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a complexidade e diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam.” 2019, p. 19 – grifos nossos).

Portanto, os Grandes Projetos Desenvolvimento valem-se de uma lógica “do uso do território e de seus recursos minerais, água e energia, até exauri-los” (BRANDÃO, 2010, p. 48). Em análise da conceituação, gostaríamos de frisar a incipiência produção acadêmica acerca das linhas de transmissão de energia como parte dos GPD, o que nos faz refletir sob quais circunstâncias geográficas pode-se se inserir as linhas de transmissão nessa complexa rede capitalista de exploração. Para Alentejano “os GPD são sempre “grandes objetos” que se articulam em diferentes escalas (regional, nacional, global), mas que demandam para sua existência concreta a escala local, com a qual precisam se confrontar” (2019, p. 193). É nesse ponto do diálogo que assumimos a intencionalidade de forjar as referidas linhas nesse processo, compreendendo-as como parte central da conexão física, material e imaterial dos GPD no contexto da acumulação do capital.

Em estudo de análise interdisciplinar Alentejano e Tavares (2019), afirmam que foram discutidos e identificados os impactos socioambientais no espaço fluminense, indicando de forma direta as violações aos direitos humanos e a mercantilização do território aliado a estratégias internacionais. Numa reflexão crítica apresentam as singularidades dos GPD, associando-se com os processos de acumulação de capital, bem como as leituras das dinâmicas espaciais e territoriais relacionadas à injustiça ambiental, o neodesenvolvimentismo na América Latina. Na esteira dos conflitos ambientais, Acseirad e Bezerra (2010) analisam diversos processos conflituos protagonizados por comunidades tradicionais, os quais ocorrem por meio de processos de desregulação normativas, resultantes das ações do Estado com vistas ao capital, condicionando a extração de direitos sociais e ambientais no território.

No processo crítico de compreender a dimensão das relações entre energia e geografia e, dessa forma, compreender a dinâmica e teorização dos GPD como parte dessa trama



capitalista de produção do espaço, Lima (2015), num estudo sobre o plano de eletrificação do estado do Ceará, nos dá um aporte teórico acerca da relação entre Geografia-Energia-Estado, o qual “busca entender o processo de espacialização das relações sociais de (re)produção capitalista e do avanço das forças produtivas no território brasileiro. Isso a partir do projeto de eletrificação do Brasil, que tinha por intuito suprir as necessidades da crise energética na qual o país se encontrava nas décadas de 50 e 60”. (Lima 2015, p. 44).

Diante disso, o conflito territorial associado à implantação de energia é entendido como o momento de enfrentamento entre forças opostas, classes antagônicas que disputam fração do território do capital. O conflito é parte integrante da conflitualidade, compreendida como o estado permanente deste enfrentamento entre as classes antagônicas que têm em vistas a realização dos seus projetos: para o capital a reprodução ampliada e para povos do campo a vida e a dignidade (FERNANDES, 2005). E o território, como totalidade em movimento, é constituído a partir da apropriação de frações do espaço por relações de poder, as quais incluem todas as dimensões da realidade: política, economia, ambiente, cultura, espiritualidade, etc. De maneira que conflitos territoriais também incluem uma dimensão ambiental e uma dimensão fundiária. Nesse contexto, parece-nos adequada para a análise dos conflitos territoriais adotando a chave teórico-conceitual da territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 1997) e suas conexões transescalares com os GPD e, nesse caso, partindo das linhas de transmissão de energia, para desvelar as tramas do capital que se encobre sob o manto dessa prótese no território.

Na esteira da compreensão do papel do Estado no contexto do avanço do capital, destaca-se a contribuição de Mascaro (2013), quanto ao arcabouço marxiano e sua proposição interpretativa do Estado e das formas sociais e nessas a compreensão da relação Estado-Capital-Trabalho. Cumpre salientar que o autor condensa suas análises no processo de reprodução do capital nas quais o Estado é central, haja vista que o mesmo compõe a dinâmica da “própria lógica estrutural do estado [que] atende à reprodução contínua das relações capitalistas. A forma estatal, responsável por essa constante dinâmica, revela-se então estruturalmente capitalista” (p. 42) – grifos nossos. No contexto das dimensões relacionadas com o escopo do sistema elétrico brasileiro há conexão direta com tais assertivas, visto a existência dos leilões públicos de energia, porém, com grande participação do capital financeiro articulado por meio do Estado brasileiro.

Com vistas à compreensão do território como categoria analítica central deste estudo, o interpretamos como síntese das lutas sociais, da autonomia e soberania dos povos e da relação estado-capital-trabalho, sob a ótica da análise que visa desvelar a realidade da



aparência à essência e que demonstra as inter-relações inerentes ao território-energia-expropriações. Em Tanezini (2014) é possível observar as inter-relações e multideterminações referentes ao processo do território em conflito e o papel dos movimentos socioterritoriais no Alto Sertão Sergipano e, em Traldi (2019), observa-se o papel do Estado na expansão capitalista por meio da energia eólica no semiárido nordestino, ressaltando as dinâmicas e processos relacionados às articulações da apropriação privada dos ventos. Para tanto Ramos Filho (2008, p. 39) analisa “o território como um espaço político por excelência, no qual o exercício de poder é central na sua delimitação e gerador de conflitualidades”. Assim, a dimensão do conflito emerge como parte da dinâmica do território e dessa forma a ênfase à análise dos conflitos no território conforma o território em conflito visto a intensa ação do capital na territorialização deste na implantação de linhas de transmissão de energia.

Nesse ínterim, em Conceição (2021, p. 17)

Compreende-se território a partir da concepção crítica marxista, fundamentado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao refletirmos as relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade.

A questão do território se entrelaça diretamente com o processo do desenvolvimento que, em pleno século XXI se articula com a dimensão tanto dos Grandes Projetos de Desenvolvimento, através das reflexões de Alentejano (2019), produzindo uma análise voltada ao avanço do agronegócio e suas particularidades no processo capitalista. Assim, por meio da análise crítica marxista quanto aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Nordeste Brasileiro, Lisboa (2007, p. 261) enfatiza o papel do capitalismo nesse processo de simulacro do desenvolvimento como perversidade do capital,

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado explica o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista com a internacionalização crescente das forças produtivas e mostra como o mercado mundial é essencial à dominação de umas nações sobre outras, colocando-o como um elemento decisivo para a apreensão do imperialismo.

No âmbito das políticas públicas, Lisboa (2007, p. 40) afirma que estas “tendem (na sua concepção e prática) a apenas reforçar e consolidar as forças de mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual”. É nesse contexto que emergem as disparidades e problemáticas quanto ao avanço do capitalismo no campo e na cidade, e mais diretamente quanto ao amplo avanço do modelo energético brasileiro, que após a “crise do



apagão³ de 2002, produziu um novo marco regulatório da energia condicionando este aos interesses do capital, se travestindo de política pública de segurança energética, mas de fato se conformando como uma estratégia do capital para auferir a ampliação da acumulação capitalista.

À luz desta problematização teórico-conceitual intenta-se desvelar as condicionantes que forjam a acumulação do capital no setor elétrico brasileiro no conjunto do processo de implantação de linhas de transmissão de energia e seus desdobramentos no território em conflito. Frisa-se nesse contexto o papel das linhas de transmissão de energia, cumprindo com a ação estatal de “transportar” a energia num sistema, pós 2002, interligado e nacional, produzindo diversos conflitos e expropriações às sombras do argumento e discurso da segurança energética.

Ou seja, a busca pela superação da crise da energia elétrica assumiu centralidade e propiciou a inclinação das políticas públicas voltadas para acumulação de capital em detrimento dos interesses da sociedade. Segundo Rodrigues (2019, p.122), o “mantenedor do regime de acumulação do capital, o Estado se ajusta para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e expansão do capital”. Assim, o Território permeado pelas ações do Estado e, por conseguinte apropriado pelo sistema sociometabólico do capital, torna-se território em conflito no bojo da coexistência de diversos conflitos territoriais em escalas múltiplas e com problemáticas geradas diretamente pela ação da relação estado-capital-trabalho, subjugando comunidades e ocasionando impactos na reprodução dessas no contexto de crise estrutural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Linha de Transmissão (LT) em estudo articula dois pontos no território, Sapeaçu/BA e Barra dos Coqueiros/SE. Tais pontos na realidade são “nós” de convergência de capital transnacional e, ao cortar diferentes municípios nos dois estados, produz uma tessitura de redes caracterizadas por uma produção capitalista do espaço e do território marcada pela desigualdade, expropriação, degradação ambiental, financeirização, violação dos direitos humanos, territoriais e intensificação da conflitualidade. Desvendar estes arranjos, articulações e redes é importante para superar uma leitura fragmentada da realidade, transpor da aparência à essência e explicitar que a contradições dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) e seu inerente papel no aprofundamento dos conflitos. Nesse

³ O chamado “Apagão” da energia elétrica ocorreu entre os anos de 2001 e 2002 no Governo FHC e está associado com a interrupção do fornecimento de energia em diversas partes do país. Diversos autores trataram do tema, para além de estudos técnicos que alencaram problemas no modelo elétrico brasileiro.



sentido, cumpre afirmar que os grupos econômicos de geração de energia (eólica, termelétrica, siderúrgica, petrolíferas etc.), em geral, apresentam-se com razões sociais nacionais ou mesmo regionais, contudo, na prática, constituem-se a partir de fundos financeiros internacionais.

Os resultados desta pesquisa, ainda que preliminares, estão agrupados em dois subitens, quais sejam, geografia, capital e o setor elétrico brasileiro: descaminhos da segurança energética e o papel do estado e as distorções do processo de licenciamento ambiental: território em conflito e implantação de linhas de transmissão. Tais assertivas tem o intuito de demonstrar e caracterizar os processos dinâmicos e contraditórios em questão acerca dos conflitos territoriais associados com a implantação de linhas de transmissão de energia.

GEOGRAFIA, CAPITAL E O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: DESCAMINHOS DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

A energia elétrica é em si, um processo contraditório (como conversão de fração da natureza em recurso capitalizado) no contexto da totalidade em movimento no território, haja vista as disparidades concernentes ao papel exercido pelos agentes hegemônicos relacionados ao processo de reprodução do capital por meio dos leilões de linhas de transmissão, que a partir do território de passagem da LT produz a sujeição da renda da terra ao capital, promovendo potencialmente a expropriação de comunidades e transformando a terra de trabalho em terra mercadoria. O aparato estatal organizado por meio do Operador Nacional do Sistema - ONS (operando a circulação da energia), a Empresa de Pesquisa Energética - EPE (dando as bases da produção de energia), a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (regulando a produção de energia, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (dinamizando ambiente de apropriação e consumo da energia) e o Plano Nacional de Energia - PNE (potencializando o processo técnico de prospecção da energia em longo prazo). As linhas de transmissão, como parte central dessa trama, acendem à posição estratégica no processo de expropriação e apropriação da natureza perfazendo a coexistência de conflitos territoriais num território em conflito na expansão do capital.

A política pública de energia via PNE, assegura o discurso da segurança energética como caminho para a mercantilização da natureza na transformação desta em produto (a energia), significando nesse sentido a apropriação capitalista da natureza, gerando a renda da natureza e a sujeição das comunidades ao capital, tal processo, sujeita o território ao capital, sendo assim uma territorialização do capital internacional, que na aparência se revela na



produção de energia para as garantias nacionais, no entanto na essência em primeira instância acarreta à produção de lucro extraordinário, em segunda instância a subjugação do território ao capital e em terceira instância a sujeição das comunidades ao capital, num processo intenso de expansão capitalista. A linha de transmissão de energia é um mecanismo para produção e reprodução capitalista, visto que a energia elétrica gerada, transmitida e distribuída atende prioritariamente os setores de produtivos.

Como parte do processo de territorialização do capital por meio das linhas de transmissão de energia a Empresa Sterlite Power de origem indiana e por meio do leilão Aneel de transmissão nº 2/2018, realizado no segundo semestre de 2018, às imediações do pleito eleitoral nacional, a empresa arrematou o Lote 7 LT 500 kV Porto de Sergipe - Olindina C1, com 180 km; LT 500 kV Olindina - Sapeaçu C1, com 207km. Cumpre destacar a proeminência do capital internacional nesse processo e que faz-se necessário que a Sterlite Power se converta numa empresa brasileira por conta da - LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Assim, uma multinacional do setor de energia com tecnologia especializada se instala no Brasil através de uma “empresa oficial, agora brasileira” e por meio desta operará por 30 anos a LT em questão.

Numa “radiografia de seguir o dinheiro”, observa-se que a Sterlite é comandada por um jogo de diversos fundos de investimentos situados em várias partes do globo, o que expressa o ambiente de imperialismo que está associado com a dinâmica do setor elétrico brasileiro e suas conexões, com destaque para os fundos financeiros: Indigrid, KKR, Axis Trustee, Exotéric II e GIC (Fundo Soberano de Cingapura) e nesse formato opera no Brasil como São Francisco SA. Na prática, o arremate do Lote 7 expressa uma artimanha do capital financeiro mundializado de travestir-se de empresa nacional que angariar oportunidades de garantia dos seus interesses de reprodução ampliada. Tendo em vista que na prática, por trás da empresa arrematante está a empresa indiana Sterlite Participações S.A, que se dedica a exploração do setor elétrico e energético.

No contexto da LT em estudo, cumpre destacar que o aparato capitalista é representado de um lado pela empresa indiana, Sterlite Participações S.A, que para fins de concorrência no leilão da ANEEL, registra-se como São Francisco Transmissão de Energia S.A, junto à empresa Dossel Ambiental. De outro, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares como órgãos federais de responsabilidade em acompanhar e supervisionar o empreendimento, o Ibama como órgão legislador e que autoriza a obra e emite as licenças ambientais e por fim



as Prefeituras municipais que emitem a autorização municipal da obra nos municípios impactados.

A problemática do discurso da segurança energética é a antítese do processo da soberania energética para os povos, visto a inteira relação com o capital financeiro que, por meio de leilões promovem fluxos de capitais internacionais ligados à fundos de investimentos. A segurança energética é apresentada pelo Plano Nacional de Energia 2050, produzido pelo Governo Federal como a ação estratégica governamental que visa de longo prazo à produção de energia, os centros consumidores e a dinâmica de expansão do setor, tendo o setor elétrico como parte desse arcabouço. O PNE cumpre etapa de planejamento governamental no setor energético, e assim sendo, nas palavras de Oliveira (1981, p.24) “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”. Através dos aparatos de Estado (ANEEL, ONS, EPE e CCEE) estruturas estas ligadas ao Ministério de Minas e Energia - MME que produzem o Plano Nacional de Energia-PNE, consolidam a estratégia estatal e privada de operação da energia sob o prisma capitalista de acumulação. Tais órgãos estatais produzem uma estrutura estatal à disposição para a acumulação de capital de grandes conglomerados de capital fictício internacional. Vale ressaltar que todos esses órgãos de Estado estão atrelados ao capital privado visto que por meio das parcerias público privadas condicionam análises que visem o desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro com viés empresarial e capitalista. **(Figura 02)**.

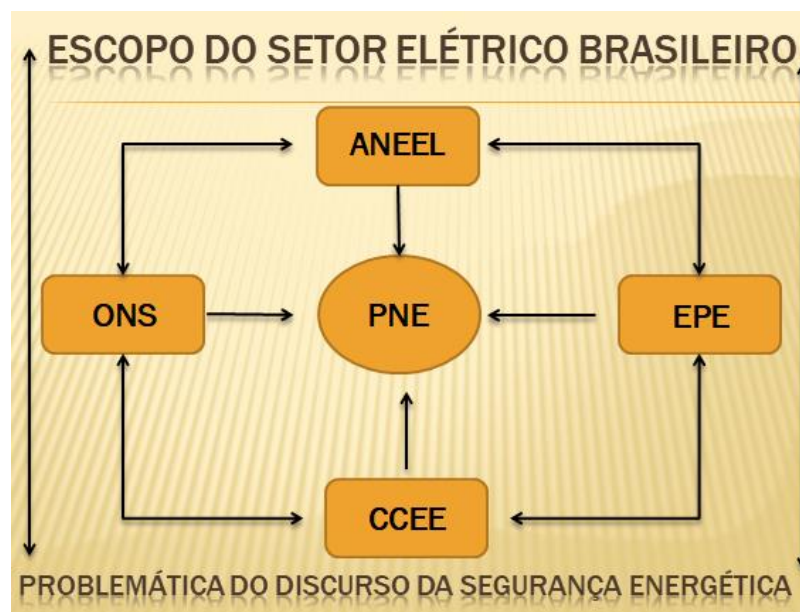


Figura 02: Escopo do setor elétrico brasileiro
Elaboração própria



O processo contraditório de tal questão está assentado na problemática da segurança energética que visa acumulação de capital, pela via da financeirização e que vislumbra por meio da oferta de energia a proeminência de interesses privados em todo o processo de produção-transmissão-distribuição da energia nacional. Faz-se necessário uma recondução de tais premissas para que visem à redução da renda da vida e que possibilite o aumento dos processos de autonomia frente ao avanço do capital na dimensão da reprodução social. Cumpre destacar que a acumulação capitalista por meio da energia, gera a territorialização do capital, que por sua vez condiciona a riqueza nacional aos interesses do capital e que, por conseguinte, subordina o território, as comunidades e a sociedade como um todo à dinâmica da acumulação de capital, tendo a energia como centro do modelo capitalista perverso que apropria a natureza (energia) e o condiciona uma lógica de renda da vida, como indaga Bartra (2006).

O PAPEL DO ESTADO E AS DISTORÇÕES DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: TERRITÓRIO EM CONFLITO E IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Vale ressaltar que no processo de implantação de LT não há andamento legal de desapropriações, com exceção se impactar diretamente em áreas construídas, sendo que o instrumento legal adotado é a faixa de servidão. Tal fato revela a direta relação do convívio comunitário com a “parafernália” de fios e metal com alta tensão de energia, o que para comunidades com poucas frações de terra para produção, acarretará a nosso ver, diretamente o processo de expulsão/migração/expropriação destas famílias para a cidade ou outros espaços. O convívio não é algo do cotidiano, trata-se de uma invasão territorial, uma imposição. Tal presença da parafernália de alta tensão elétrica institui uma apreensão e tensão permanente diante dos riscos de acidentes, ademais do domínio de fração da pouca terra de trabalho, para instalação da prótese no território, sua área de segurança no entorno, abertura de vias de acesso para a entrada de estranhos, etc. As novas dinâmicas impositivas podem restringir áreas essenciais para a produção voltada à reprodução da vida suficientes para desestabilizar as econômicas familiares e comunitárias, destruir culturalmente os territórios sagrados, etc. o que pode culminar na desestruturação comunitária, expulsões, expropriações, etc.

Destaca-se também que, o convívio impactará diretamente também dos preços das terras e a conseqüente desvalorização e a decorrente diminuição abrupta das áreas de cultivos, haja vista a proeminência em comunidades quilombolas e camponesas de pequenas áreas para produção da vida por meio da agricultura e outras atividades produtivas. Cumpre assinalar



assim, que a territorialização do capital por meio das LT's, desdobram impactos diretos, em conflitos territoriais que coadunam com o território em conflito, visto a imersão do aparato da financeirização e apropriação da natureza. Nesse sentido, é possível afirmar que a reprodução sociometabólica do capital no território possibilita o avanço das desigualdades estruturais no Brasil, com destaque para as comunidades impactadas direta e indiretamente pelas linhas de transmissão de energia, que travestidas da segurança energética, subjagam o território aos interesses do capital.

Do município de Sapeaçu à Feira de Santana na Bahia, observa-se uma complexa rede de projetos estatais de desenvolvimento calcados na expansão urbana e implantação de sistemas viários. Segundo a ANEEL o destaque do município de Sapeaçu é em função de este ser elo de outras linhas de transmissão, que se conjugam à Subestação já existente. Ou seja, interroga-se, a partir deste quadro preliminar, sobre a tessitura de redes globais e suas repercussões com os possíveis conflitos territoriais decorrentes dessa complexa e contraditória associação de projetos associados à relação capital-Estado. Dessa forma, questiona-se as formas e implicações da dinâmica espacial e territorial de espoliações às quais os municípios impactados pela LT estão inseridos, visto a complexa rede de articulações em diversas escalas.

De acordo com a Portaria nº 421, de 26 de outubro de 2011 do Ministério do Meio Ambiente, o licenciamento ambiental de federal dos sistemas de transmissão de energia elétrica poderá ocorrer por meio do Relatório Ambiental Simplificado, visto o entendimento de que há a ocorrência de baixo impacto. Porém, a discordância apresentada como base no mesmo normativo contempla que para esse instrumento de licenciamento a obra não impacte em territórios quilombolas. Diante disso, observa-se a inteira relação entre os interesses da expansão do setor elétrico com o processo simplificado de estudos ambientais, possibilitando a expansão do capital de forma mais direta e com menos obstáculos institucionais.

Tais “empreendimentos”, grandes projetos de desenvolvimento para o capital do tipo (LT), para se concretizarem, demandam certo tipo de licenciamento ambiental, que por meio da dinâmica do capital, se apropriam das estruturas do Estado para engendram seus objetivos. O Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sendo este, corpo de materialidade institucional que resulta dos estudos ambientais junto ao IBAMA/INCRA/FCP, apresenta baixo detalhamento dos impactos socioambientais derivados da obra, bem como omite para além das comunidades quilombolas, os assentamentos de reforma agrária. O RAS deixa de indicar as distâncias que afastam as diversas comunidades quilombolas situadas na área de influência indireta do empreendimento, havendo comprovação, a partir da observação *in loco*,



da existência de comunidades a menos de 5 km da linha, nos termos do art. 3º, §2º, II da Portaria Interministerial 060/2015. **Quadro 01**

COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
<ul style="list-style-type: none">- Mussuca, no município de Laranjeiras/SE;- Quebra Chifre, município de Riachuelo/SE;- Cural de Fora, no município de Água Fria/BA;- Paus Altos, no município de Antônio Cardoso/BA;- Santo Antônio, no município de Antônio Cardoso/BA;- Gavião e Cavaco, no município de Antônio Cardoso/BA;- Subaé, município de Antônio Cardoso/BA- Santa Cruz, município de Antônio Cardoso/BA- Orobó, município de Antônio Cardoso/BA- Salgado, município de Antônio Cardoso/BA- Morro da Pindoba, município de Antônio Cardoso/BA- Vila Nova, no município de Biritinga/BA;- Lagoa Grande, município de Feira de Santana/BA;- Baixa da mina, município de Água Fria-BA;	<ul style="list-style-type: none">- Menino Jesus – município de Água Fria-BA- Oito de Março – município de Laranjeiras/SE- Hugo Herredia – município de Barra dos Coqueiros/SE
<p>Quadro 01: Comunidades quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária impactados diretamente pela LT. Em destaque no quadro para as comunidades que foram excluídas inicialmente dos estudos ambientais para licenciamento do empreendimento.</p> <p>Fonte: GT Conflitos Socioambientais (IFBA/UEFS/UFRB), 2020.</p>	

No contexto do referido projeto de LT, ressalta-se a contradição entre a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental e o seu Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), e a confecção, pelo empreendedor, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de Relatório Ambiental Simplificado, inservível para aferir e discutir as problemáticas dos impactos da obra. A portaria MMA 421, de 26.10.2011 é o instrumento legal que disciplina o licenciamento ambiental de tais obras, a exigir o caminho de maior complexidade e detalhamento (EIA/RIMA) para obras que coincidem com determinadas condições. No processo simplificado de licenciamento, RAS em curso, há uma clara invisibilização de diversas comunidades tradicionais constantes no trajeto da obra, conforme sistematizados pelo GT Conflitos Socioambientais no (**Quadro 01**).



(a) Audiência pública no município de Antônio Cardoso para tratar dos impactos da Linha de Transmissão 500kv.



(b) Reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana para tratar junto às lideranças comunitárias os impactos e implicações da construção da Linha de Transmissão 500kv.



(c) Reunião na Comunidade de Vila Feliz em Feira de Santana para tratar dos impactos da Linha de Transmissão 500kv.



(d) Reunião na Comunidade de Lagoa da Nega em Feira de Santana para tratar dos impactos da Linha de Transmissão 500kv.



(e) Mobilização da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande em Feira de Santana de autodemarcação do território quilombola frente ao avanço da problemática ambiental e em defesa frente a instalação da Linhas de Transmissão 500kv.



(f) – Ato público protagonizado pelas comunidades quilombolas de Matinha e Candeal II em Feira de Santana contra o projeto da Subestação e Linha de Transmissão 230kv

Figura 03: Registros de campo do processo de mobilização social contra o processo de implantação da LT 500kv Porto Sergipe-Sapeaçu.



Vale destacar que no município de Feira de Santana houve a omissão por parte da empresa Sterlite da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, que posterior a ampla mobilização, o INCRA acatou a questão e obrigou a empresa Sterlite a realizar o estudo do Plano de Trabalho Quilombola (PTQ). No município de Antônio Cardoso o processo se caracterizou mais voraz visto que 7 comunidades foram extirpadas do processo de estudos ambientais e que após longo processo de mobilização e por meio da judicialização por meio de uma Ação Civil Pública no Ministério Público Federal a empresa foi obrigada a realizar amplos ajustes nos estudos e autorizações ambientais com a inserção das comunidades no estudo. Os municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso figuram com excelência no processo de luta e mobilização frente o avanço da LT em questão já tendo realizado de forma autônoma audiências públicas e reuniões para debater o processo de implantação da LT 500kv. Ao longo do processo de estudos e mobilizações quanto à LT já mencionada surge outra LT denominada 230kv Feira de Santana III que está em processo de implantação no município de Feira de Santana e que por meio de um processo silencioso já está em execução uma subestação de energia. (**Figura 03**)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que os conflitos territoriais decorrentes da implantação da LT em questão, já se fazem na materialidade, visto que no estudo e elaboração em diversas comunidades quilombolas não foram inseridas no referido documento legal e a escuta social segregou algumas comunidades. Outro elemento importante nesse processo é a necessidade de conversão da área impactada diretamente pela construção da LT em Faixa de Servidão Administrativa (a partir a LT, ao longo de todo o traçado) a faixa de 55 metros, que decorre um território impactado e vilipendiado pela obra diretamente relacionado a essa faixa com uma extensão total da linha de aproximadamente 380 km, entre os municípios de Porto Sergipe e Sapeaçu na Bahia, visto sua grande dimensão, impactará diretamente na reprodução da vida nas comunidades tradicionais impactadas.

Nesse sentido, como se trata de uma pesquisa de doutorado em andamento, cumpre questionar as possibilidades de compreensão que passarão a existir territorialmente com a construção desta LT, uma direta sujeição ao capital dos territórios a serem impactados, visualiza-se a efetivação de um território de exceção calcado no impedimento de uso efetivo pelas comunidades, gerando uma impossibilidade de reprodução da vida dos povos e comunidades a serem impactados pela linha de transmissão em energia em questão. Vale destacar os impactos em diversas ordens derivados da implantação da LT em estudo que se



deslocam tanto dos aspectos relacionados ao ambiental, como também à saúde humana. Tais impactos conformam a existência de uma faceta da conflitualidade e dos conflitos territoriais, ou seja, o caminho analítico permeia a contradição para o processo do território em conflito.

O avanço do capitalismo potencializa a expropriação territorial e vilipendia o direito ao bem viver, os quais são cerne para os povos do campo e da cidade em suas múltiplas especificidades. Para a Geografia, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que engendra diretamente a produção de conflitos territoriais, tanto em áreas rurais como urbanas, desencadeando processos complexos e contraditórios, associados diretamente à territorialização do capital por meio do discurso estatal da segurança energética a partir dos grandes projetos de desenvolvimento, possibilitando violações nas comunidades e seus territórios em suas diversas escalas. Vale ressaltar que os impactos em suas diversas ordens, conduzem à compreensão dos conflitos no território, que, sob a ótica crítica associa-se à lógica da contradição do capital e sua forma voraz de acúmulo de riqueza e gerando assim o processo de expropriação, portanto a forma e processo de seu metabolismo de acumulação por espoliação. A LT em questão simboliza a expansão do capital monopolizando assim o território por meio da apropriação da natureza relacionada diretamente à energia elétrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ. 2008.

ACSELRAD, H. & BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-209.

ALENTEJANO, P.R.R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, ano 34, v 1 n 52. p. 190-233, 2019.

BARTRA, A. **El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida**. Primera edición, 2006.

BATISTA, S.C. **Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia UFRGS).

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. **Escalas de poder, instituições e territórios: estratégias orientadas ao desenvolvimento**. O&S. v.11. 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2020.



BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PORTARIA Nº 421, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.** Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Brasília-DF, 2011.

CONCEIÇÃO, A.L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**. v. 17. n°. 32, p. 7 - 21, ANO 2021.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 12. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: edições Loyola. 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

LIMA, A. M. **A particularidade de um projeto modernizador: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do Estado do Ceará De 1950 A 1980**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza/CE, 2015.

LISBOA, J.B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia-UFS).

MALHEIRO, B. C. P. & CRUZ, V. C. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e re-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ, 2019.

MASCARO, A.L. **Estado e Forma Social**. 1 ed. Boitempo, 2013

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia).

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1981.

RAMOS FILHO, E.S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia – Unesp).

RODRIGUES, V. P. A. **O Estado, as políticas públicas e sua funcionalidade na disseminação da ordem produtiva sociometabólica do capital no campo – São Cristóvão, SE**, 2019. Tese (Doutorado em Geografia-PPGEO/UFS).

TANEZINI, T. C. Z. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia – UFS) – São Cristóvão SE, 2014

Traldi, M. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia – Unicamp)– Campinas, SP, 2019.